

SOCIOLINGUÍSTICA E GRAMATICALIZAÇÃO: ALGUMAS CONVERGÊNCIAS TEÓRICAS

Fabício da Silva Amorim¹

Mestrado em Língua e Cultura – UFBA
letrasf@hotmail.com

RESUMO:

Este artigo objetiva evidenciar algumas correspondências teóricas entre a sociolinguística e a gramaticalização. Ambas as abordagens veem a língua como uma estrutura variável e mutável, o que conduz à conclusão de que seus quadros teóricos partem de uma mesma ideia-base. Assim, sociolinguística e gramaticalização podem ser ferramentas complementares para a investigação dos fenômenos linguísticos, como, por exemplo, a emergência da forma pronominal “a gente” no português. A partir da conjugação de princípios teóricos e metodológicos dessas duas perspectivas, podem-se obter resultados amplos e mais consistentes.

Palavras - chave: Sociolinguística; Gramaticalização; Princípios de Hopper (1991); *a gente*.

ABSTRACT:

This article aims to evidence some theoretical correspondences between sociolinguistics and grammaticalization. Both of these approaches see language as a variable and mutable structure, which leads to the conclusion that their theoretical frameworks comes from the same basic idea. Therefore, sociolinguistics and grammaticalization can be complementary tools to investigate language phenomena, like the emergence of the pronominal form “a gente” in Portuguese. Broad and more consistent results can be obtained by putting together theoretical and methodological principles of these two perspectives.

Keywords: Sociolinguistics; Grammaticalization; Principles of Hopper (1991); *a gente*.

¹ Orientadora — Profa. Dra. Sônia Bastos Borba Costa.

1 APRESENTAÇÃO

Em muitos aspectos, a língua reflete a heterogeneidade das relações sociais. Nos estudos linguísticos, entretanto, nem sempre se reconheceu a existência de uma estreita relação entre língua e sociedade. Com o advento do estruturalismo, por exemplo, corrente teórica que, apesar de em muito ter contribuído para o estabelecimento da Linguística enquanto ciência, a língua foi isolada das questões sociais, sendo considerada uma estrutura homogênea e estável.

A partir da década de 1960, surgem estudos que de fato incorporam os aspectos sociais nas descrições das línguas. Consolida-se, então, a sociolinguística, que, a partir do texto programático *Empirical Foundations for a Theory of Language Change* (WEINREICH; LABOV; HERZOG, 1968), formalizou uma nova orientação para a pesquisa linguística, opondo-se à homogeneidade do sistema linguístico (pressuposto estruturalista) e ao idioleto como objeto próprio da descrição linguística (pressuposto gerativista). Muitos estudos de base sociolinguística têm trazido resultados bastante profícuos para a compreensão da variabilidade /mutabilidade, característica tão patente nas línguas naturais.

Outro campo de investigação que também tem fornecido resultados interessantes para a compreensão das línguas humanas, sobretudo no nível morfossintático, é a gramaticalização, considerada uma das abordagens possíveis para explicar o fenômeno da mudança linguística. De um modo geral, a gramaticalização é entendida como um processo que ocorre quando um item lexical adquire caráter gramatical, ou quando um item gramatical se torna mais gramatical.

Numa análise mais acurada, verifica-se que existe entre a sociolinguística e a gramaticalização um número considerável de convergências teóricas, o que torna possível a feitura de trabalhos cuja base seja a interface entre elas. Desse modo, o presente artigo visa a evidenciar, a partir da apreciação de alguns postulados de ambas as abordagens, os pontos que as aproximam.

2 A SOCIOLINGUÍSTICA: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Durante um tempo considerável, sobretudo no decorrer da segunda metade do século XX, as abordagens formalistas mantiveram-se quase hegemônicas enquanto modelos capazes de descrever e explicar os fenômenos linguísticos. Destacaram-se, nesse ínterim, o estruturalismo, cujas bases teóricas foram estabelecidas e difundidas a partir do *Curso de Linguística Geral* (1916), de Saussure, e, posteriormente, a partir de 1957, o gerativismo, proposto por Noam Chomsky.

As propostas formalistas, entretanto, não se constituíram como modelos auto-suficientes no que respeita à explicação dos fenômenos de língua, o que suscitou a crítica aos seus aparatos teóricos, bem como o surgimento de novas abordagens que priorizassem aspectos outros, e não apenas formais.

O Funcionalismo, então, entra em cena, refletindo a necessidade de se retomarem aspectos relacionados ao uso para dar conta do estudo dos fenômenos de língua². No entanto, a corrente funcionalista não tratava da relação entre língua e sociedade, no sentido de admitir que motivações não apenas contextuais (de uso) pudessem motivar a heterogeneidade linguística, mas também fatores estritamente sociais, como, por exemplo, o grau de escolaridade do falante.

A partir da década de 1960, William Labov, considerando língua enquanto objeto heterogêneo, dinâmico, divulga estudos que tentam explicar alguns fenômenos de variação, apontando fatores sociais como determinantes da heterogeneidade linguística. Essa heterogeneidade, por sua vez, é reconhecida como sistemática e regular, e não caótica e a-sistêmica, como querem os estruturalistas e gerativistas mais radicais. Mas foi a publicação dos *Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística (Empirical foundations for a theory of linguistic change – doravante EFTLC)*, em 1968, que trouxe à tona um novo modelo teórico-metodológico para os estudos linguísticos, a saber, a sociolinguística³:

² Os trabalhos funcionalistas pautam-se na concepção de que a língua é um instrumento de interação social. Contudo, essa perspectiva já havia sido adotada por linguistas que precederam Saussure, como se observa, por exemplo, nos trabalhos de Whitney e Hermann Paul, representantes da escola neogramática no final do século XIX.

³ Encontram-se, na literatura, diferentes denominações para a sociolinguística, por vezes em decorrência de enfoques um tanto diversos, dentre as quais se destacam: teoria da variação e

“Por ser impossível desvincular a língua de sua função sócio-comunicativa, a sociolinguística é entendida como um espaço de investigação interdisciplinar que estuda e correlaciona aspectos dos sistemas linguísticos e dos sistemas sociais, focalizando empregos concretos da língua.” (OLIVEIRA, 2006, p.44)

Propondo um rompimento com a ideia de língua proposta pelo estruturalismo, os autores do EFTLC – Uriel Weinreich, William Labov e Marvin Herzog – defendem, com base, sobretudo, em seus próprios estudos empíricos, um quadro teórico que assume ser a língua um objeto heterogêneo e suscetível a mudar, mediante motivações não apenas linguísticas, mas também sociais. Assim, nessa perspectiva, advoga-se que a língua é variável e mutável, e, sendo essa variabilidade/mutabilidade sistemática e regular, é possível ser tomada como objeto de investigação pela Linguística. E, para explicar essa heterogeneidade, é necessário recorrer-se à estrutura social em que ela se insere: “a sociolinguística considera a importância social da linguagem, dos pequenos grupos sócio-culturais a comunidades maiores.” (MOLLICA, 2003, p.10).

A variação linguística passa, então, a ser vista como um fenômeno inerente a todas as línguas humanas. E essa variação é motivada por fatores que se encontram tanto no próprio sistema linguístico quanto na sociedade em que esse sistema é utilizado. Para um sociolinguista, portanto, a variação deve ser investigada a partir do pressuposto de que há um imbricamento entre fatores linguísticos e sociais que determina a natureza do fenômeno. Estudar, pois, só um dos tipos de fatores resultaria numa análise imprecisa e parcial. O estudo da variação deve reconhecer que “existe uma matriz social em que a mudança está encaixada, tanto quanto uma matriz linguística” (WEINREICH; LABOV; HERZOG, 2006, p.114).

A variação é definida como um conjunto de duas ou mais variantes. Essas variantes, por sua vez, são diferentes formas linguísticas que veiculam um mesmo valor de verdade. Pode haver variação em diferentes níveis da língua: lexical, fonético, morfológico e sintático. Veja-se o caso da expressão de futuro em português. Entre outras variantes possíveis, pode-se expressar o

futuro sob duas formas: o falante pode utilizar a forma simples – “viajarei” – ou a forma perifrástica – “vou viajar”. Note-se que essas formas são variantes de uma mesma variável (morfofossintática) por representarem alternativas semanticamente equivalentes.

Na abordagem sociolinguística, considera-se que uma variável linguística não é aleatória, estando sujeita a um grupo de fatores de natureza social e estrutural. Assim, tecnicamente, têm-se uma variável dependente e variáveis independentes (ou grupo de fatores, que podem ser internos ou externos à língua, tais como traços semânticos, marcas morfológicas, idade, sexo/gênero, nível de escolarização, classe social etc.). No caso da expressão de futuro, por exemplo, a co-ocorrência das formas mencionadas não é um fenômeno independente, a-sistemático: depende, pois, de variantes independentes, como o grau de formalidade da situação comunicativa e a faixa etária do falante, além de fatores linguísticos que instauram a gramaticalização da forma perifrástica (Cf. OLIVEIRA, 2006).

Quanto aos principais objetivos dos estudos sociolinguísticos, Mollica (2003) destaca que

“Cabe à sociolinguísta investigar o grau de estabilidade ou de mutabilidade da variação, diagnosticar as variáveis que têm efeito positivo ou negativo sobre a emergência dos usos linguísticos alternativos e prever seu comportamento regular e sistemático. Assim, compreende-se que a variação e a mudança são contextualizadas, constituindo o conjunto de parâmetros um complexo estruturado de origens e níveis diversos. Vale dizer, os condicionamentos que concorrem para o emprego de formas variantes são em grande número, agem simultaneamente e emergem de dentro ou de fora dos sistemas linguísticos.” (p.11).

Dada a existência de uma estreita relação entre variação e mudança linguísticas, interessa, também, à sociolinguística o estudo da mudança. A co-ocorrência de variantes numa dada sincronia sugere que uma mudança pode ser implementada, desde que uma das formas passe a ser categórica como possibilidade de uso: “O ontem e o hoje se imbricam mutuamente: a generalização da mudança na estrutura linguística e na estrutura social envolve um contínuo de variações e alterações interligadas ao longo do tempo.” (TAVARES, 2003, p.79). Da mesma forma, observações diacrônicas podem ajudar a compreender fenômenos do presente. Nesse sentido, adota-se uma hipótese teórica bastante recorrente em Coseriu (1979): reconhecendo língua

como objeto histórico, Coseriu afirma que um estado de língua real é sempre resultado de estados anteriores. Ademais, as investigações que consideram a variação como um indício empírico de mudança adotam um modelo metodológico que elimina a dicotomia sincronia e diacronia. “Conjugando, pois, estudos sincrônicos e diacrônicos (de longa e de curta duração) tem-se mais embasamento para uma descrição fiel e segura de uma dada língua” (OLIVEIRA, 2006, p.48).

A respeito da mudança linguística, Weinreich, Labov e Herzog (2006) formulam cinco questões teóricas centrais: os condicionamentos, a transição, o encaixamento, a avaliação e a sua implementação. Em linhas gerais, esses problemas podem ser caracterizados da seguinte forma: a) o problema dos condicionamentos (*the constraint problem*) diz respeito a alguns fatores que tornam possível prever a direção da mudança, bem como indicar certos universalismos nessa questão. O problema da transição (*the transition problem*) tenta responder como as línguas mudam, passando de um estágio para outro; busca-se compreender os estágios intermediários da mudança. O problema do encaixamento (*the embedding problem*) diz respeito ao encaixamento da mudança na matriz social e estrutural; o problema da avaliação (*the evaluation problem*) refere-se à avaliação social que se faz a respeito de uma determinada mudança e o efeito disso na implementação do processo; o problema da implementação (*the actuation problem*), considerada a questão mais complexa, tenta explicar por que uma dada mudança ocorre em determinada época e não em outra; buscam-se, pois, os fatores favoráveis à propagação de uma mudança num determinado contexto.

É indubitável, portanto, a importância da sociolinguística como vertente teórica capaz de oferecer ferramentas para o estudo de fenômenos variáveis nos diversos níveis da língua. Nos estudos linguísticos em geral, outras abordagens também levam em conta o fato de a língua ser heterogênea e apresentar padrões fluidos, variáveis. É o que se observa, por exemplo, na abordagem da gramaticalização, descrita na seção seguinte.

3 GRAMATICALIZAÇÃO: DEFINIÇÃO E PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS.

A gramaticalização pode ser definida, grosso modo, como o processo de mudança linguística que ocorre quando um item lexical adquire caráter gramatical ou quando um item já com tal *status* se torna mais gramatical. Toma-se aqui como item lexical aquele que encerra uma carga semântica significativa, uma vez que nomeia, caracteriza realidades extralinguísticas, exprime ação etc., o que lhe confere um caráter autônomo, “principal”, na estrutura da língua – nomes, adjetivos e verbos, por exemplo. Como item gramatical, considera-se o elemento (vocábulo, perífrase, elemento mórfico etc.) que apresenta *status* acessório em relação a um item lexical, na medida em que desempenha uma função gramatical como, por exemplo, indicar aspecto, tempo-modo, conectar palavras ou orações etc. Dessa forma, os itens gramaticais – representados, por exemplo, pelos verbos auxiliares, preposições e conjunções – assumem um aspecto mais rígido e dependente na estrutura da língua.

A gramaticalização investiga, pois, o caminho que o item lexical/gramatical percorre até se tornar um item gramatical/ mais gramatical. Essa investigação pode se dar sob a perspectiva diacrônica, sincrônica ou mesmo panocrônica.

De um modo geral, os estudos funcionalistas sobre a mudança linguística adotam a gramaticalização como aparato teórico-metodológico para o desenvolvimento de suas investigações. Mas é válido mencionar que tem havido, também, estudos de “gramaticalização formal”, pautados, sobretudo, na Teoria da Gramática Gerativa.

Segundo Neves (2004):

“É fácil mostrar a existência de palavras funcionais originadas em palavras de conteúdo lexical e que constituem, pois, o que se poderia considerar como instâncias prototípicas da ‘gramaticalização’. São casos, por exemplo, como os das preposições *durante* e *mediante*, das locuções prepositivas *apesar de*, *a par de*, *a fim de*, *a despeito de*, das conjunções *consoante*, *conforme*, *segundo*, *apenas*, *mal* e das locuções conjuntivas como *visto que*, *visto como*, *uma vez que*, *posto que* (...).” (p. 120)

Postula-se que a gramaticalização é, por natureza, unidirecional e gradual. Esquemáticamente, os estágios de gramaticalização podem ser descritos a partir de *continua* (ou *clines*), ou seja, linhas contínuas que

preveem um caminho unidirecional⁴ para formas em gramaticalização, sendo que cada ponto dessa linha representa um estágio distinto (e mais avançado) de gramaticalização. Todavia, é válido salientar que esses “pontos” não exibem fronteiras bem definidas: muitas vezes, os itens em gramaticalização apresentam-se como formas híbridas e de sentidos bastante ambíguos, assumindo, assim, posições intermediárias entre um e outro ponto do *continuum*; daí o caráter gradual do processo. Assim, um item ou construção em gramaticalização pode percorrer os seguintes *continua*⁵:

a) DISCURSO > SINTAXE > MORFOLOGIA > MORFOFONÊMICA > ZERO (GIVÓN, 1979)

b) ITEM DE CONTEÚDO > PALAVRA GRAMATICAL > CLÍTICO > AFIJO FLEXIONAL (HOPPER; TRAUGOTT, 1993)

c) PESSOA > OBJETO > ATIVIDADE > ESPAÇO > TEMPO > QUALIDADE (HEINE; CLAUDI; HÜNNEMEYER, 1991)

Nem toda forma em gramaticalização, necessariamente, atinge todos os estágios previstos nos diferentes *continua*, de modo a se tornar uma forma bastante gramaticalizada, podendo, inclusive, desaparecer. Com o intuito de viabilizar a identificação da gramaticalização em estágios mais incipientes, Hopper (1991) propõe cinco princípios que, embora não tão inéditos, apresentam-se como bastante úteis para diagnosticar graus de gramaticalização de formas ou construções. A aplicação desses princípios não prevê, entretanto, que a forma em análise chegará a estágios avançados de gramaticalização, pois discriminam apenas estágios iniciais que podem, inclusive, confundir-se com outros tipos de mudança linguística. São cinco os Princípios de Hopper (1991), a saber: a *estratificação*, a *divergência*, a *persistência*, a *especialização* e a *decategorização*. Cabem, aqui, considerações

⁴ Há muitos estudos que se propõem a refutar o caráter unidirecional da gramaticalização. Neste artigo, entretanto, defende-se que as formas em gramaticalização apresentam uma forte tendência em seguir um caminho unidirecional de mudança (HOPPER; TRAUGOTT, 1993, p.07). Além disso, na maioria dos casos apresentados como contra-exemplos à unidirecionalidade, não há reversão da gramaticalização, mas a atuação de processos diferentes.

⁵ Pode-se afirmar que os *continua* a) e b) referem-se aos níveis morfossintático e discursivo, enquanto c) diz respeito ao nível semântico-cognitivo (COSTA, 2003, p.61).

mais precisas sobre a estratificação e a divergência.

Segundo o princípio da estratificação, formas diferentes podem coexistir em um mesmo domínio funcional (tempo, aspecto, caso etc.). Isso se deve à constante emergência de novas formas para funções que já dispõem de alguma configuração formal. Dessa maneira, as formas novas passam a conviver com as mais antigas, sem descartá-las de imediato. Essa fase de coexistência, contudo, pode ser superada à medida que uma das formas se consagra como única possível no domínio funcional em que se insere. Enquanto isso não ocorre, passam a estabelecer uma relação de alternância que pode ser determinada por razões sociolinguísticas, por exemplo. A convivência entre o futuro do indicativo simples (*farei*) e sua forma perifrástica (*vou fazer*) ilustra tal princípio.

O princípio da divergência refere-se a formas que apresentam etimologia comum, mas funções diferentes (HOPPER, 1991, p. 24). Essa semelhança entre as formas não é apenas etimológica, mas fonológica. Por exemplo, observe-se que, em “Ele vai à festa” e “A gente vai ficar na festa”, a forma “vai”, embora seja fonologicamente idêntica, apresenta função distinta em cada sentença: seu uso com valor gramatical (*vai ficar*), ou seja, mais gramaticalizado, convive com o uso lexical (*vai*, na indicação de deslocamento no espaço).

Com base nos aspectos apresentados nesta seção, já se pode ter uma noção de que há pressupostos teóricos da gramaticalização que em muito se aproximam das ideias sociolinguísticas. Por isso, pode o pesquisador, por “livre e espontânea vontade”, “casá-las”...

4 A INTERFACE SOCIOLINGUÍSTICA E GRAMATICALIZAÇÃO: UM EXEMPLO E ALGUMAS REFLEXÕES

A gramaticalização se apresenta como uma das abordagens possíveis para investigar o fenômeno da mudança (morfossintática). Como apontado na seção 2, interessa à sociolinguística a variabilidade linguística, e esta, por poder resultar em mudança, induz à inclusão da questão da mudança em suas considerações. Variação e mudança linguísticas são, portanto, fenômenos que,

a um só tempo, podem ser estudados sob a perspectiva da gramaticalização e da sociolinguística.

Além disso, considerando o pressuposto funcionalista que prevê mudanças na gramática como resultado de pressões do uso – e uso, nesse contexto, deve ser interpretado como social – evidencia-se a ideia de que o fazer-se gramatical da língua – gramaticalização – não deve ser isolado da sociedade. Um dos mecanismos pelo qual um processo de gramaticalização se implementa é a *rotinização*: um item lexical, ao rotinizar-se, assume um padrão mais fixo na língua, mais gramatical, portanto. Assim, “as situações comunicativas e seus participantes também são fenômenos repetitivos, repetição que está na base das rotinizações que originam a gramática” (TAVARES, 2003, p.76).

Androustopoulos (1999, apud TAVARES, 2006, p. 77) aponta que a fala dos jovens constitui “espaço” propício ao estabelecimento de processos de gramaticalização, que se espraiam até chegar à fala de adultos em situações coloquiais, podendo alcançar a norma culta. Nesse caso, vê-se, além de aspectos morfossintáticos característicos do processo de gramaticalização, a consideração de uma variável social: faixa etária. Considera-se, também, a questão da *transição* e da *implementação* da mudança, que seguiria *gradualmente* de uma faixa etária para outra. Poder-se-ia falar, ainda, no problema da *avaliação*: uma forma gramaticalizada pode apresentar largo uso entre jovens, mas pode encontrar bloqueio por não ser tão bem aceita entre adultos. É notório, então, que esses estudos estabelecem uma estreita relação com a sociolinguística, na medida em que encaixam a gramática na estrutura social. Assim, por exemplo, ao se estudar processos metonímicos e de reanálise que instauram a gramaticalização de uma construção, enfoca-se o encaixamento estrutural. À medida que se consideram fatores sociais como responsáveis por intensificar, difundir ou mesmo bloquear o processo, trata-se do encaixamento social da gramaticalização.

Como exemplo de um estudo que se pauta na interface aqui discutida, apresenta-se Lopes (2004), que investiga a gramaticalização da forma *a gente* e considera variáveis sociais intervenientes no processo.

No português do Brasil, na indicação da primeira pessoa do plural, há

duas formas predominantes: o pronome prototípico *nós* e a forma gramaticalizada *a gente*. A alternância *nós* / *a gente* para expressar primeira pessoa do plural constitui-se como uma variável; as duas formas distintas – mas semanticamente equivalentes – seriam, pois, variantes. Lopes (2004) apresenta um estudo dessa variável com base em duas perspectivas: com a abordagem da gramaticalização, busca identificar os estágios por que passou o item lexical *gente* até gramaticalizar-se em *a gente*; com base em postulados da sociolinguística, objetiva “enquadrar o fenômeno como uma mudança encaixada no sistema linguístico e social” (LOPES, 2004, p. 49).

A forma *a gente* originou-se do nome *gente* que, assumindo novos valores e funções discursivas, passa a desempenhar um papel gramatical, mais rotineiro e previsível. Por conseguinte, tem-se, segundo os aspectos apontados na seção 3 deste texto, um caso prototípico de gramaticalização. Deixando de ser nome e assumindo valor pronominal, há, nesse processo, a manifestação do princípio da decategorização, proposto por Hopper (1991).

A gramaticalização é sempre vista como processo; daí o gradualismo ser uma propriedade tão definidora de sua natureza. Veja-se que o gradualismo é também tratado na sociolinguística, pois a mudança é apresentada como lenta e gradual: a forma (*a*)*gente* não passou a fazer parte da classe dos pronomes de maneira abrupta; houve, pois, um período de transição. Assim sendo, gradualismo (gramaticalização) e o problema da transição (sociolinguística) são postulações teóricas convergentes.

A forma *a gente*, embora gramaticalizada, não apresentou perda total dos traços formais da sua forma fonte: mantém, por exemplo, o traço formal de terceira pessoa do singular; daí o fato de, em muitos casos, o verbo se apresentar na 3ª pessoa do singular quando da concordância com o *a gente* sujeito. Persiste, também, o caráter indeterminador e genérico da forma fonte: nota-se, nesse caso, o princípio da persistência. Houve, entretanto, algumas alterações ou adoção de propriedades tipicamente pronominais, o que também nos remete ao princípio da decategorização. Com a gramaticalização, a forma *a gente* passa a se correlacionar a adjetivos no masculino ou feminino em estruturas predicativas (“a gente está tensa”/“a gente está tenso”). Outro aspecto refere-se à perda gradativa dos privilégios sintáticos da categoria

nominal, como o fato de o nome *gente* poder ser determinado por anteposição (“aquela gente saiu”), posposição (“gente interessante saiu”) ou anteposição-posposição simultânea de determinantes no SN (“esta *gente* esperta saiu), passando a assumir um dos atributos característicos dos pronomes pessoais que é o de não poder ser determinado no SN, ocorrendo preferencialmente isolado (“a gente saiu”).

Por tudo isso, ao explicar o processo de gramaticalização da forma *a gente* com base em aspectos linguísticos (traços semânticos e formais), pode-se dizer que Lopes (2004) procede ao encaixamento estrutural.

Como desde o século XIX se verifica a co-ocorrência das formas *nós* e *a gente*, tornam-se imprescindíveis nesse estudo considerações também de cunho variacionista. Dessa forma, Lopes (2004) considera variáveis independentes para investigar essa co-variação, a fim de predizer a possível implementação de uma mudança. Nessa perspectiva, pôde concluir, por exemplo, que o uso crescente da forma *a gente* é observado entre falantes cultos e não-cultos do Rio de Janeiro (LOPES, 2004, p.22). Evidenciou, também, que o uso mais frequente da forma inovadora se faz presente na fala de jovens, convergindo, assim, com o que Androustopoulos (1999, *apud* TAVARES, 2006, p. 77) assevera: as formas gramaticalizadas costumam ser de largo uso na fala de jovens.

Os princípios da estratificação e da divergência, descritos na seção 3, também suscitam discussão acerca da interface sociolinguística e gramaticalização (NARO; BRAGA, 2000) e podem ser aplicados ao caso do “a gente”, como o fez Omena e Braga (1996 *apud* GONÇALVES et al., 2007, 76). “Nós” e “a gente”, por representarem duas formas de expressão que coexistem em um mesmo domínio funcional (primeira pessoa do plural), configuram-se num caso de estratificação. Para a sociolinguística são, portanto, variantes. Assim, Naro e Braga (2000) defendem que a análise quantitativa (sociolinguística) pode ser aplicável aos casos em que a estratificação (gramaticalização) é atestada, embora façam uma ressalva: como a estratificação, assim como outros princípios atinentes à gramaticalização, se refere à variação morfossintática, é preciso atentar para o fato de que, no domínio da morfossintaxe, é difícil haver sinonímia denotativa plena, critério

fundamental para a determinação de variantes. No entanto, alegam que “esse problema pode ser resolvido através da postulação de fatores independentes apropriados” (NARO; BRAGA, 2000, p. 131). No caso das formas “nós” e “a gente”, há certo consenso em considerá-las como variantes, permitindo a aplicação da análise quantitativa, sem que haja grandes restrições.

A priori, em se tratando da divergência, não haveria a possibilidade de aplicação da metodologia quantitativa para formas que estivessem nesse estágio de gramaticalização: “gente”, forma nominal, coexiste com a forma pronominal dela originada, “a gente”, mas são divergentes quanto à função semântico-discursiva, não sendo, portanto, variantes. Ainda assim, Naro e Braga (2000, p. 133) afirmam que “a abordagem variacionista neste estágio é essencial para entender o processo de gramaticalização”. Segundo esses autores, para que existam formas divergentes, é preciso que haja um estágio propício à reanálise estrutural. Trata-se de “estágios intermediários ambíguos” (NARO; BRAGA, 2000, p. 131), em que a forma lexical se confunde com a sua “versão” gramatical. Lopes (2004), por exemplo, aponta alguns casos em que a forma “a gente” apresenta uma leitura ambígua, como se vê em “O mar amanhã está de desafiar a gente, disse-me a voz de Escobar, ao pé de mim” (Séc. XIX, ASSIS, 1900). Dessa forma, a análise quantitativa, pode, por exemplo, evidenciar as variáveis linguísticas e extralinguísticas responsáveis por instaurar os contextos de ambiguidade, contribuindo para uma melhor compreensão do processo de gramaticalização, que poderá ou não se configurar em estágios mais avançados.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dada a complexidade dos fenômenos que ocorrem na/pela língua, faz-se necessário, muitas vezes, conjugar propostas teórico-metodológicas que, a princípio, seriam contrastantes. No caso aqui discutido, não se propôs a combinação de estudos que, em tese, são opostos. Na realidade, embora desenvolvidas e, muitas vezes, praticadas por estudiosos diferentes, a gramaticalização e a sociolinguística dispõem, em suas bases, de postulados bastante convergentes, como, por exemplo, o reconhecimento da

heterogeneidade da língua e a prioridade atribuída à língua em uso, lugar legítimo onde a variação e a mudança se instauram.

É válido destacar alguns trabalhos que têm sido desenvolvidos com base no “casamento” teórico aqui sugerido: o estudo da expressão de futuro no português, realizado por Oliveira (2006), a investigação sobre o passado imperfectivo no português, feito por Freitag (2007) e a análise da gramaticalização dos sequenciadores retroativo-propulsores *e*, *daí*, *aí* e *então*, realizada por Tavares (2003).

Quando teorias são postas não em conflito, mas em diálogo, os resultados podem ser muito mais produtivos no sentido de oferecer explicações mais precisas acerca dos fenômenos linguísticos. Além disso, a interface gramaticalização e sociolinguística pode resultar em reformulações e/ou acréscimos teóricos para ambas as abordagens.

REFERÊNCIAS

- COSERIU, E. (1979). *Sincronia, diacronia e história: o problema da mudança linguística*. Trad. De Carlos Alberto da Fonseca e Mário Ferreira. Rio de Janeiro: Presença, 1979.
- COSTA, S. B. B. (2003). *Adverbiais espaciais e temporais do português: indícios diacrônicos de gramaticalização*. 2003. Tese (Doutorado em Linguística). PPGLL. Universidade Federal da Bahia, Salvador.
- FREITAG, R. M. K. (2007). *A expressão do passado imperfectivo no português: variação/gramaticalização e mudança*. 2007. 238 f. Tese (Doutorado em Linguística). CCE. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.
- GONÇALVES, S. C. L.; LIMA-HERNANDES, M. C.; CASSEB-GALVÃO, V. C. (orgs.). *Introdução à Gramaticalização*. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.
- HEINE; CLAUDI, U.; HÜNNEMEYER, F. (1991). *Grammaticalization: a conceptual framework*. Chicago: The University of Chicago Press.
- HOPPER, P. (1991). On some principles of grammaticization. In: TRAUOGOTT, E.; HEINE, B. *Approaches to Grammaticalization*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins. p. 17-35.
- _____, Paul; TRAUOGOTT, E. (1993). *Grammaticalization*. Cambridge:

Cambridge University Press.

LOPES, C. R. S. (2004). A gramaticalização de 'a gente' em português em tempo real de longa e de curta duração: retenção e mudança na especificação dos traços intrínsecos. *Fórum Linguístico* (UFSC), v.4, p. 47-80.

MOLLICA, M. C. (2003) Fundamentação teórica: conceituação e delimitação. In: BRAGA, M. L.; MOLICA, M. C. M. (Org.). *Introdução à Sociolinguística – O Tratamento da Variação*. 1. ed. São Paulo: Contexto. p. 9-13.

NARO, A.; BRAGA, M. L. (2000). A interface sociolingüística/gramaticalização. *Gragoatá*, n.9, Niterói. p.125-134.

NEVES, M. H. M. (2004). *A gramática funcional*. São Paulo: Martins Fontes.

OLIVEIRA, J. M. (2006). *O futuro da língua portuguesa ontem e hoje: variação e mudança*. 2006. 254 f. Tese (Doutorado em Letras Vernáculas). Faculdade de Letras. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

TAVARES, M. A. (2003). *A gramaticalização de e, aí, daí e então: estratificação/variação e mudança no domínio funcional da sequenciação retroativo-propulsora de informações – um estudo sociofuncionalista*. 2003. 307 f. Tese (Doutorado em Linguística). CCE. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

WEINREICH, U.; LABOV, W.; HERZOG, M. I. (2006). *Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança lingüística*. Tradução: Marcos Bagno. São Paulo: Parábola Editorial.